

ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Ciro Roza - Dado Cherem - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Partidos Políticos

**DEPUTADO ALTAIR GUIDI** - Reporta-se à qualidade da educação.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Aborda o cancelamento do contrato do curso pré-vestibular que o estado de Santa Catarina tinha com a Universidade Federal de Santa Catarina.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Relata viagem a Joinville.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Manifesta-se a respeito dos suicídios de servidores da penitenciária de São Pedro de Alcântara.

**DEPUTADO DIETER JANSSEN** - Relata questões importantes a serem resolvidas para benefício do povo.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Reporta-se às comunidades terapêuticas; registra o 20º Encontro Internacional dos Gideões Missionários da Última Hora.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Discorre sobre segurança pública.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Posiciona-se a respeito da greve da educação; faz referência à Resolução n. 72 do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PPS.

Com a palavra o deputado Altair Guidi, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. presidente e srs. deputados, sras. deputadas, agradeço ao PMDB e ao PSDB pelo horário que destinaram a este deputado.

Iniciando a minha fala, gostaria de fazer referência aos 31 deputados que marcaram posição sobre a greve dos professores e unir-me a eles. Portanto, são 32 deputados.

(Passa a ler.)

“No pronunciamento anterior fiz menção às enormes disparidades existentes entre a qualidade da educação promovida pelas escolas da rede pública da região norte, a melhor do estado, e a região do planalto serrano, a que apresenta os resultados mais deprimidos.

Ao lado dos reflexos sociais e econômicos originários de situações tão díspares, cabe refletir também sobre a enorme injustiça promovida pelo poder público estadual e municipal para com as crianças do planalto serrano, matriculadas nas mais de 80% das escolas públicas, com educação de qualidade inferior à média do estado.

Acaso os recursos públicos estaduais e municipais que sustentam estruturas educacionais com qualidade de educação acima da média do estado não são idênticos aos aplicados nas escolas com resultados medíocres? Qual a justificativa para impor às crianças e às respectivas famílias sistemas educacionais tão afastados da média do estado quanto aqueles constatados no planalto serrano? Será que os pais, ao matricularem seus filhos em determinada escola, conhecem a qualidade da educação ministrada na mesma? Seguramente não!

No ano passado foram submetidos a esta Casa, por diferentes deputados, diversos projetos de lei obrigando o estado a afixar em todas as escolas da sua rede uma placa informando as notas alcançadas pela mesma nas diferentes avaliações promovidas pelo Ideb. Trata-se de uma iniciativa altamente meritória que, se aplicada, poderá colocar em xeque toda a estrutura educacional de Santa Catarina, por duas razões: a primeira é que as escolas de qualidade superior observarão uma demanda por novas matrículas talvez incompatível com sua capacidade física; a segunda é que as escolas de qualidade medíocre talvez tenham que fechar suas portas por absoluta falta de alunos.

É claro que ninguém deseja chegar a essa situação. Mas se tanto o estado quanto o município são omissos quanto à qualidade da educação promovida pelas suas escolas, então vamos deixar que a própria sociedade faça a sua opção, premiando com novas matrículas as boas escolas e

punindo com a redução de matrículas aquelas escolas de qualidade abaixo da média do estado.

Não é lícito ao poder público estadual e municipal imaginar que o respeito ao preceito constitucional da escolaridade obrigatória seja atendido apenas com a existência de vagas. Ele subentende também a qualidade da educação.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, prosseguindo com a abordagem do tema qualidade da educação, permito-me lembrar a v.exas. que no decorrer do governo passado, consultores da OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico -, entidade que congrega os países mais desenvolvidos do mundo, realizaram uma ampla avaliação da estrutura educacional de Santa Catarina. O trabalho apresentou uma série de conclusões que deveriam servir como guia aos gestores escolares nos seus mais diferentes níveis.

Destaco algumas delas. A primeira, e a que mais me chamou a atenção, está anotada nas páginas 164 e 165 do relatório final e expressa: 'É essencial que a secretaria da Educação e em particular o Conselho Estadual de Educação mudem o foco de sua atenção, atualmente voltada para *inputs*, tais como verbas, salários dos professores, livros didáticos, computadores, prédios e processos, como municipalização, currículo, horários, e busque formas eficazes de melhorar a aprendizagem. O objetivo da Educação é a aprendizagem, e é nesse aspecto que os jovens de Santa Catarina estão desassistidos'.

Aqui parece estar a chave para compreender a deficiente qualidade da educação promovida pela escola pública: enquanto nossa estrutura educacional se volta exclusivamente a aspectos gerenciais, os escolares ficam absolutamente desassistidos no que se refere ao objetivo maior da Educação que é a aprendizagem. Observem a expressão utilizada pelos referidos consultores: no que concerne à aprendizagem, os jovens de Santa Catarina estão desassistidos.

Outra conclusão da OCDE, agora relacionada aos resultados alcançados pelos estudantes em testes

de avaliação, está expressa na página 162 do relatório final: 'Levando em conta os investimentos feitos na educação básica nos últimos dez anos, a mediocridade desses resultados é frustrante e mostra mais uma vez que os estudantes não estão recebendo o ensino que deveriam receber, inclusive em estados relativamente bem posicionados no plano financeiro, como Santa Catarina'.

Em outras palavras, malgrado os vultosos investimentos feitos na educação básica nos últimos anos, nossos estudantes não estão alcançando o nível de aprendizagem desejado pela sociedade catarinense. É fundamental que ela tome conhecimento desses resultados e pressione as autoridades educacionais com vistas à melhoria da qualidade da nossa educação pública.

Nos últimos anos, o ministério da Educação criou o Enem - Exame Nacional do Ensino Médio - que não objetiva apenas avaliar a qualidade do ensino médio no Brasil; ele é também um dos caminhos para alcançar a universidade, desde que a instituição de nível superior adote os seus resultados em substituição ao exame vestibular.

A análise dos resultados alcançados pelos jovens catarinenses nas provas do Enem permite uma visão muito nítida da qualidade da educação básica proporcionada pela rede de escolas públicas tanto municipal quanto estadual.

Vamos aos números. De acordo com os dados divulgados pelo ministério da Educação, na prova do Enem de 2009, aplicada em Santa Catarina, participaram estudantes originários de 326 escolas; dessas, 212 eram públicas e 114 privadas. Naquele exame, a nota média de todos os alunos foi 0,56. Se individualizarmos os resultados médios por escolas, vamos observar que 71% das escolas públicas alcançaram resultados abaixo da média do estado. E aqui o destaque negativo pertence novamente à região do planalto serrano, cujo percentual alcançou 93%. Em contrapartida, da rede de escolas privadas, apenas 8% alcançaram resultados abaixo da média do estado.

Mais uma vez fica evidente que a qualidade da educação básica em Santa Catarina está punindo aqueles estudantes cujas famílias não têm alternativa senão matriculá-los em escolas públicas. E fica evidente também que os estudantes da escola pública, pelos resultados alcançados na prova do Enem, deverão contentar-se com o ingresso em universidades de menor conceito."

Tenho feito esse trabalho na área da educação até por sentir a dificuldade que Santa Catarina tem em preparar as pessoas, as crianças, para a aprendizagem. Temos tido grandes problemas com esses analfabetos funcionais que não conseguem nem trabalhar em bomba de gasolina, e isso é fruto da tolerância da nossa educação, dos nossos governantes e dos nossos professores também.

Por isso, pararei de me manifestar sobre a qualidade da educação e vou tentar fazer um trabalho agora sobre a saúde, que também é outro grande problema. O nosso estado precisa melhorar na saúde, assim como também na segurança pública.

Deverei fazer alguns pronunciamentos, nos próximos dias, porque tenho pretensão de me licenciar da Assembleia Legislativa, por motivos particulares, e ficarei ausente talvez por até quatro meses.

Muito obrigado pela oportunidade, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Altair Guidi.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Na ausência de deputados deste partido, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Bom-dia, sr. presidente, nobres colegas desta Casa, funcionários, quero parabenizar o deputado Altair Guidi pelo pronunciamento referente à questão educacional, mesmo porque farei um registro, deputado Moacir Sopelsa, sobre o cancelamento do

contrato do curso pré-vestibular que o estado de Santa Catarina tinha com a Universidade Federal de Santa Catarina.

Durante oito anos foi implantado no governo Luiz Henrique uma parceria entre a secretaria da Educação e a Universidade Federal, para que os alunos das escolas públicas do estado de Santa Catarina pudessem fazer o curso pré-vestibular, deputado Padre Pedro Baldissera. No ano passado foram atendidos 5.000 alunos no estado, e o contrato de um ano era de R\$ 3 milhões para atender a esses alunos.

O curso pré-vestibular da UFSC aprovou 65% desses alunos para estudar em universidades federais e na Udesc. Isso mostra o potencial do nosso estado que ao fazer essa parceria deu a alunos que não tinham condições financeiras a condição de competitividade.

Esses cursos para os alunos de escolas públicas eram gratuitos, como bem salientou o deputado Altair Guidi que me antecedeu, falando sobre a qualidade do ensino da alfabetização, do analfabetismo funciona. E isso mostra claramente, neste momento, o equívoco do governo do estado ao cancelar esse acordo, esse contrato com a Universidade Federal para o curso pré-vestibular.

Se analisarmos os R\$ 3 milhões para atender cinco mil alunos, é um valor ínfimo diante dos recursos da secretaria de estado da Educação, que só de livros de *bullying* comprados pelo ex-secretário foram quase R\$ 8 milhões, e estão todos encaixotados, em DVDs. E na questão social foram R\$ sete milhões, e também sabemos que há um monte encaixotado.

No entanto, tiraram a condição de estudo para alunos de escola pública, deputado Maurício Eskudlark, quer dizer, cinco mil alunos deixaram de fazer um curso pré-vestibular da Universidade Federal devido o cancelamento desse convênio por parte do governo do estado. Repito, no ano passado foram cinco mil alunos e 65% deles foram aprovados no vestibular, num curso de R\$ 3 milhões. E somente um *software* de uma empresa de São Paulo

que eles contrataram sem licitação custou R\$ 1,070 milhão.

Então, a prioridade não é cuidar das pessoas, que é o lema do atual governo. E entendemos que isso é um grande equívoco porque, mais uma vez, quem é oriundo da escola pública, que poderia ser priorizado com acesso à universidade, está sendo impossibilitado de ter maior competitividade no vestibular.

Aproveitando este horário que inclusive também pertence ao nosso partido, deputada Luciane Carminatti, o PT, logicamente que não poderíamos deixar de falar da nossa Dilminha, da nossa presidenta da República, porque, segundo o deputado Marcos Vieira, nosso companheiro, a pesquisa do *DataFolha*, desse domingo, aponta os índices de aprovação da nossa presidenta da República e do nosso governo.

A nossa presidenta conquistou 64% no item bom e ótimo. Apenas 6% do país desaprovam o nosso governo. Isso é um recorde, do ponto de vista das pesquisas, porque nenhum ex-presidente da história deste Brasil conseguiu esse índice de aprovação, que mostra claramente que esse apoio cresce em todas as camadas sociais e em todos os níveis de escolaridade.

A queda nas taxas de juros impostas pelo nosso governo, obrigando os bancos privados a baixarem a taxa de juros, fazem com que a população que depende muito desse segmento para ter capital de giro tome posição claramente de apoio ao nosso governo.

Os níveis de escolaridade mais elevados batem todos os recordes de aprovação com relação à nossa presidenta Dilma. E isso é de norte a sul, porque mesmo no sul do país, onde o índice de aprovação era menor, hoje ela supera todos os índices de aprovação.

Mas não é somente isso, deputado Valmir Comin, também porque quando se questiona na pesquisa quem que o povo quer como candidato em 2014, o que para nós não é nenhuma surpresa, 57% dos brasileiros querem o presidente Lula como candidato à Presidência da República e não a

presidente Dilma Rousseff. Trinta e três por cento preferem a presidente Dilma Rousseff como presidenta da República.

No entanto, é senso comum na pesquisa que a presidenta Dilma Rousseff está dando continuidade ao plano de governo, às proposições e às ações que tiveram o nosso ex-presidente da República, deputada Ana Paula Lima que, diga-se de passagem, é uma das cidadãs mais bem faladas em Blumenau, pois passei por lá esta semana e vi que s.exa. está em alta com o povo de Blumenau, deputado Ismael dos Santos. Logicamente que isso é em decorrência das ações da nossa presidenta Dilma Rousseff, porque ela como mulher apoia, assim como a população, e tem tomado posições a favor do nosso governo e se posicionado nas demandas políticas que estão acontecendo no país.

Por isso, como deputado do Partido dos Trabalhadores, sinto-me lisonjeado em ver um governo com tamanha aprovação, com políticas públicas tão definidas, com postura clara de combate à corrupção e aos desvios de recursos deste país. Alguém que se tem posicionado em todos os momentos de forma transparente tem feito com a que a população brasileira tenha percepção do que representa o governo da presidente Dilma Rousseff, que é uma continuidade do governo do presidente Lula.

São avanços inestimáveis na área da Educação, com escolas técnicas, universidades públicas federais e com projetos habitacionais como jamais se viu na história deste país; são coisas que se vê em poucos lugares do globo terrestre, como o PAC da habitação.

O PSDB costumava dizer que estava tudo empacado, mas vemos claramente que não tem nada empacado neste país a não ser o que se empacota, que é a mudança de contexto da cultura política. E digo empacota porque a nossa cultura está sendo empacotada. Está-se contextualizando para o brasileiro um novo Brasil, uma nova perspectiva, ou seja, a inclusão social, a distribuição de renda, a geração de emprego como nunca tivemos. Estamos numa situação de pleno emprego, com o

índice de desemprego oscilando entre 4,5% e 5,2%, deputado Valmir Comin, enquanto a Espanha está com 23% de desemprego, principalmente no grupo mais jovem da população. Por isso, parabéns à presidenta Dilma Rousseff.

A nossa saudação ao presidente Lula, que continua sendo lembrado como nome preferencial não apenas do partido, mas da sociedade brasileira, para voltar em 2014. Mas sabemos que a presidenta Dilma Rousseff será a nossa candidata à reeleição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aproveitando o espaço do PSDB quero relatar os importantes encontros que a bancada do PSDB fez, ontem, acompanhada da executiva estadual, através do presidente Leonel Pavan e também do Dalírio Beber, quando, primeiramente, fizemos uma visita ao ex-secretário, deputado federal Marco Tebaldi, secretário da Educação, na cidade de Joinville, e não somente a ele, mas também ao diretório municipal, aos vereadores, enfim, às lideranças do PSDB de Joinville.

Fomos em caravana, composta pelos deputados Dado Cherem, Marcos Vieira, Serafim Venzon, Dóia Guglielmi e este deputado, no sentido de prestar apoio à candidatura do Marco Tebaldi a prefeito de Joinville. E encontramos uma pessoa extremamente motivada para esse desafio. Não era o seu projeto político, mas as circunstâncias políticas levaram-no a isso. Sentimos de perto já o grande apoio popular que essa candidatura está tendo em Joinville, bem como o entusiasmo não somente do candidato, mas das lideranças do PSDB, no sentido de reaglutinação, de motivação para esse projeto político.

Saímos de Joinville convicto de que a candidatura do deputado Marcos Tebaldi é irreversível para ele mesmo e para o PSDB de Joinville. Todos já sabem da sua vasta experiência administrativa como vice-prefeito e depois como prefeito da cidade, dos inúmeros projetos em que esteve à frente. Então, o povo haverá de fazer um comparativo da sua gestão com outras gestões e com isso vai angariar a simpatia e o voto da maioria dos joinvillenses.

Fomos a Blumenau, no mesmo objetivo, para nos encontrar com os membros do diretório municipal, os vereadores, as lideranças e especialmente o vereador Napoleão Bernardes, nosso candidato a prefeito da cidade de Blumenau. Para quem não o conhece, Napoleão Bernardes é um jovem ainda. Foi o vereador mais votado da história de Blumenau, na última eleição, e ao mesmo tempo foi candidato a deputado federal, quando obteve uma expressiva votação na cidade de Blumenau e região. Não foi eleito, é claro, pelas circunstâncias, por se tratar ainda de uma candidatura jovem, não tão bem estruturada naquele momento.

Como disse antes, a candidatura de Napoleão Bernardes tem três sentidos. Primeiramente, para o PSDB, pois vemos a candidatura de Napoleão Bernardes em Blumenau como sendo estratégica para o partido, por ser umas das três cidades em que há segundo turno e por ser uma referência regional, estadual. Assim a sua candidatura é importantíssima para o PSDB estadual. Em segundo lugar, Blumenau é uma cidade polo em muitos setores, na economia, no turismo cultural, mas ao longo dos anos perdeu um pouco essa característica de vanguarda, de estar à frente do tempo. Então, precisa de uma candidatura jovem, de alguém com uma visão estratégica da importância da cidade. Eu, que tenho vínculos com Blumenau pelo lado paternal e também politicamente, acredito que para a cidade a candidatura de Napoleão Bernardes seja extremamente importante por representar tudo isso que a cidade sempre almejou.

De forma pessoal, aprendi a conviver com ele na última eleição a deputado estadual, quando

realizamos muitas parcerias, inúmeras caminhadas juntos, visitando lideranças, indústrias, eleitores, fazendo reuniões, comícios. E senti nela três coisas fundamentais num político. A primeira delas é a determinação. Todos nós que militamos na vida pública sabemos que se não tivermos objetivos claros traçados desde logo não chegaremos a lugar algum. Isso se chama determinação, e não falta ao nosso companheiro Napoleão Bernardes. A segunda é o conhecimento. Não podemos ignorar a importância do conhecimento em todas as áreas, e Napoleão Bernardes expressa isso muito bem tanto como advogado militante, quanto como vereador, que sabe de todos os meandros políticos. Por último, não podemos esquecer o carisma. Um homem público precisa ter carisma. Não adianta ter determinação e conhecimento, se não tiver também carisma para conquistar a confiança dos eleitores. E essa realmente é uma qualidade que Napoleão Bernardes tem de sobra. Sua vontade, seu desejo, sua simpatia ao aproximar-se do eleitor de todas as classes sociais, a fim de apresentar suas ideias, seus projetos, credenciam-no a submeter-se ao crivo da população de Blumenau nas próximas eleições.

Esse, então, foi o roteiro do PSDB, liderado pelo deputado Dado Cherem, que me pediu que fizesse esse pronunciamento em nome dos demais deputados da bancada, companheiros Dóia Guglielmi, Marcos Vieira e Serafim Venzon, para expressar a nossa solidariedade a essas duas candidaturas do partido: Napoleão Bernardes, em Blumenau, e Marco Tebaldi, em Joinville.

Era isso, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos cinco minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, recebi, agora pela manhã, bem cedo, no meu gabinete, dois companheiros que trabalham no sistema prisional: um deles é policial militar e o outro é agente penitenciário e ambos estão lotados na penitenciária de São Pedro de Alcântara.

Sr. presidente, não fiquei surpreso, mas impressionado com as informações que me forneceram e que não costumamos acompanhar de forma sistemática, embora sobre ele tenhamos falado desta tribuna em diversas oportunidades e mesmo proposto medidas legislativas no sentido de minimizar ou resolver esse dilema.

Em menos de um ano, srs. deputados, houve três suicídios de servidores da penitenciária de São Pedro de Alcântara: dois agentes penitenciários e uma funcionária terceirizada. Repito: três suicídios em menos de um ano!

Temos falado e repetido desta tribuna que o índice de suicídios entre os trabalhadores de segurança pública - policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários e bombeiros - é muito alto, bem acima da média nacional da população em geral.

Também temos discutido, sr. presidente, e até aprovado nesta Casa, nos últimos anos, projetos de lei destinados a estabelecer uma política permanente de acompanhamento de todos os profissionais de segurança pública do estado, justamente para que possa prevenir suicídios e outras tantas doenças que acometem servidores dessa área.

Infelizmente, todos nós aqui sabemos que é atribuição do Poder Executivo qualquer medida que trate de qualquer operação na administração pública. E também é de atribuição exclusiva do governador qualquer medida e iniciativa legislativa que leve a qualquer ônus, qualquer gasto, para o Poder Executivo.

Embora tenhamos aprovado em 2008 por unanimidade um projeto que, se não me engano, até

teve a iniciativa original do deputado Nilson Gonçalves, que teve emenda de nossa parte, discutindo-se, evidentemente, com o autor e outros deputados, este foi vetado pelo então governador Luiz Henrique da Silveira. E por um voto não conseguimos derrubar o veto neste plenário, naquele ano, do projeto que propunha o acompanhamento psicológico permanente dos trabalhadores de segurança pública.

Falei aqui de casos de suicídio. Ocorreram três suicídios, deputado Pedro Baldissera, em menos de um ano, de servidores da penitenciária de São Pedro de Alcântara. Sem contar os outros tantos que temos conhecimento. Não existe também um trabalho sistemático nesses casos para que as autoridades possam tomar providências, estabelecendo uma política eficiente no sentido da prevenção. Precisamos estabelecer isso porque, primeiro, evitar-se-á com certeza mais suicídios de policiais, bombeiros e agentes penitenciários e, em segundo lugar, porque se previne atitudes e atuações descontroladas por parte desses profissionais.

Vimos aqui e acompanhamos pela televisão, de forma estarrecedora, atitudes inconcebíveis, como daquele policial militar de Joinville que tirou a farda e a arma durante uma ocorrência policial. Isso tudo será evitado possivelmente em 90%, se tivermos um trabalho efetivo de acompanhamento psicológico, sistemático, para todos os profissionais da área de segurança pública. Também estaremos evitando inúmeras desavenças familiares, perturbações pessoais.

É muito importante que haja esse trabalho. Assim, mais uma vez, solicitamos ao governador do estado e as autoridades do Poder Executivo que possa haver a sistematização de um trabalho, neste sentido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Dieter Janssen, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente e srs. deputados, queremos reforçar uma questão batendo nesta Casa e o nosso tempo é curto. Mas queremos deixar alguma mensagem.

Queremos deixar aqui a nossa preocupação em relação à carga tributária, que em nosso entendimento passa por um momento bastante importante. Precisamos discutir a questão da economia, como falou aqui o deputado Jailson Lima. E sou defensor, deputada Ana Paula Lima, da nossa presidente Dilma Rousseff.

Existem pontos muito positivos na questão da moradia, no Minha Casa, Minha Vida. As pessoas estão consumindo mais e podendo ter uma qualidade de vida bem melhor. Na questão da corrupção, acompanhamos os fatos e vimos atitudes, ações, da nossa presidente mostrando que não aceita nem as palavras nem os casos não resolvidos. Ela está tentando colocar todas as questões bem às claras.

Nós, realmente, estamos torcendo pelo governo, para que todo brasileiro tenha uma vida melhor, mais decente.

Mas quero registrar aqui a nossa participação em dois eventos. Nós participamos, na sexta-feira, na Fiesc, de uma palestra com o ex-ministro Mendonça de Barros aos empresários. Isso aconteceu no Rio de Janeiro, onde os empresários juntos com toda a classe trabalhadora daquele estado foram à Assembleia Legislativa daquele estado solicitar mudanças urgentes com relação à estrutura, à questão fiscal, às reformas, para que tenhamos um país cada vez mais competitivo e tenhamos condições de abrir a nossa economia como está acontecendo, e o Brasil possa encarar os seus concorrentes de frente, principalmente a China. Mas para que isso possa ocorrer de uma maneira descente, temos que trabalhar algumas questões internas, pelo que pude tirar da palestra na sexta-feira com o ex-ministro Mendonça de Barros.

Logicamente, existe a questão dos juros. E recentemente assisti na televisão que o Brasil é um dos países que mais perde energia no tráfego,

ou seja, perde-se energia desde a saída da subestação até a chegada nas casas, nas empresas. É um dos países que mais desperdiça energia.

Deve ser levantada, abordada a questão do câmbio, que é de suma importância. Precisamos de mais qualificação profissional para que os nossos produtos tenham condição de competir nacionalmente e mundialmente.

Então, essas são questões importantes no sentido de agregar valor aos nossos produtos, porque hoje exportamos produtos não tão elaborados. Na agregação de valores, isso não traz tanto benefício à nossa classe trabalhadora. Então, essa é a nossa grande preocupação, deputada Ana Paula Lima.

Na noite de ontem, para nossa alegria, participamos de um evento com o ex-governador Germano Rigotto. E, em 2001, quando participávamos de uma entidade de Jaraguá do Sul, fomos a um encontro em Brasília e naquela oportunidade ele colocou que a sua bandeira forte é a economia. Apesar de a sua formação ser Odontologia, ele tomou a bandeira da economia, a bandeira da questão tributária, como ponto forte para discutir em Brasília. E desde a palestra que assistimos à época, que gravei e trouxe comigo, já que eu era secretário de desenvolvimento econômico de Jaraguá do Sul, venho colocando a questão dos impostos.

Temos uma carga tributária acima de 40%. Isso dificulta muito a competição das nossas indústrias. E na data de ontem tive a oportunidade de sentar à mesa com ele. Inclusive estavam presentes o senador Paulo Bauer, o deputado federal Mauro Mariani, enfim, várias autoridades, discutindo a questão do apoio à nossa indústria, a questão do câmbio, algo bastante preocupante. Mas realmente vemos uma grande preocupação com relação à carga tributária de 40%.

Estamos expostos, estamos com a economia aberta, disputando frente a frente com países que têm uma carga tributária menor. Inclusive, na sexta-feira à noite, assistindo à *Globo News*, pude presenciar um estudo com relação a Singapura, onde a carga tributária é baixíssima, a taxa de

desemprego praticamente inexistente e há alta qualificação profissional.

Então, essa era a nossa preocupação. E quero reforçar e parabenizar todas as palavras do deputado Jailson Lima. Com certeza, apostamos muito no governo da presidente Dilma Rousseff. Mas gostaria de deixar aqui a nossa preocupação com esses itens ainda. Precisamos, no nosso entendimento, de uma melhor distribuição dos recursos públicos. Temos a concentração de 63% na União, 23% nos estados e somente 13% nos municípios.

Ontem, isso foi levantado. E não é uma questão deste governo, mas uma questão histórica do Brasil. Temos que ter alunos com mais qualificação, pois temos um dos piores índices de qualidade de ensino em relação a outros países.

Com relação à saúde, não é novidade nenhuma que precisamos rever urgentemente essa questão do SUS. Hoje, através de um levantamento feito pelos nossos hospitais, o SUS repassa em torno de 36% do custo de um procedimento.

Em Jaraguá do Sul, a d. Maria, que é nossa amiga, nossa parceira, precisou fazer recentemente um procedimento. Ela estava com câncer de fígado e precisava fazer uma biópsia. A sua solicitação foi feita em outubro, mas conseguiu fazer o seu exame somente no mês de março. Foram praticamente quase seis meses de espera para fazer esse exame. Ela voltou depois ao trabalho e, para nossa tristeza, o médico solicitou que retornasse à sua casa para continuar o seu tratamento. Então, é um sinal de que temos que nos preocupar mais com a d. Maria. Foi um pequeno exame, mas ainda há muita coisa pela frente.

Sr. presidente e srs. deputados, avançaram em vários setores, mas devemos muito para o brasileiro, para o catarinense. Enquanto demormos cinco meses, seis meses para fazer um procedimento que pode custar a vida do nosso catarinense, teremos que ficar preocupados e trabalhando para que isso não ocorra mais.

Era isso que gostaria de dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dieter Janssen.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero, inicialmente, cumprimentar o meu amigo jornalista José, de Indaial. É uma satisfação recebê-lo, nesta manhã, neste plenário.

Sr. presidente, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero iniciar o meu pronunciamento parabenizando o movimento Jovens Livres, situado na divisa entre Gaspar e Blumenau, pela bela festa realizada neste final de semana celebrando os 18 anos de caminhada na região do vale do Itajaí.

Esse movimento foi fundado pelo amigo José Silva há 18 anos, como disse, que durante essa longa caminhada, deputada Ana Paula Lima, nesse movimento tem espalhado esperança pelo vale do Itajaí resgatando vidas e dando uma nova perspectiva a esses jovens. São 30 internos, que é a capacidade daquela comunidade terapêutica. Mas parabéns ao movimento Jovens Livres por esse trabalho fantástico desempenhado pela Igreja Batista Luz para as Nações, que de uma forma solidária tem estendido a sua mão a dependentes químicos do vale do Itajaí.

Também no dia de ontem estivemos visitando a residência terapêutica que resgata vidas no sul do estado, em Araranguá. Fomos conhecer de perto, deputado Sargento Amauri Soares, o trabalho realizado por essa entidade naquela região que há sete anos vem expandindo suas atividades, hoje com capacidade para 20, 25 internos; um belíssimo trabalho que está sendo feito no sul do estado naquela comunidade terapêutica.

Eu gostaria, sr. presidente e srs. deputados, de reconhecer também o trabalho do governador Raimundo Colombo nessa questão da unificação do

ICMS. Assim sendo, pelo menos a leitura que temos no cenário é de que o martelo já está batido no que diz respeito a essa definição federativa, fica para nós a importância desse momento na busca de uma compensação, como tem dito o próprio governo federal, para o estado de Santa Catarina.

Mas recebemos, deputada Ana Paula Lima, com muita satisfação a notícia da possibilidade de ser estadualizada a BR-470 e, numa contrapartida do governo federal, termos a tão sonhada e desejada duplicação da BR-470, em especial nessa primeira etapa dos 74km iniciais entre Navegantes a Indaial.

Espero que de fato essa proposta se concretize porque contribuirá não somente para o desenvolvimento econômico do vale do Itajaí, mas de toda Santa Catarina.

Tenho dito desta tribuna que a BR-470 é importante porque através dela são transportadas mais de 40% da economia do estado, pois as mercadorias vêm do oeste em direção aos portos de Itajaí e de Francisco do Sul. Além disso, é importante também pelo que representa em termos de dignidade para o nosso povo, porque todos os anos ocorrem cerca de 100 óbitos naquele trecho.

Sendo assim, recebemos com muita satisfação a notícia - e os jornais estão registrando o fato - da estadualização da BR-470 com uma perspectiva concreta, sólida, de parceria com o governo federal.

Vou dividir o tempo do partido com o deputado Maurício Eskudlark, mas antes disso, sr. presidente, gostaria de fazer um convite todo especial. Na próxima quinta-feira haverá a abertura oficial do 20º Encontro Internacional dos Gideões Missionários da Última Hora. Trata-se de um trabalho que vem sendo feito há 30 anos na cidade de Camboriú e que reúne mais de 150 mil pessoas. E para tanto convido os catarinenses de uma maneira geral e os deputados em particular para estarem conosco na próxima quinta-feira, juntamente com o governador Raimundo Colombo, na abertura dessa festividade.

Nossas congratulações a esse trabalho que está presente em 20 nações, que resgata vidas, que atende ao social, ao educacional, com escolas primárias em vários países, como o Haiti e o Peru. São 22 barcos que atuam na região da Amazônia, fazendo trabalhos de clínica odontológica e de abrigos infantis. Na região nordeste do Brasil os missionários trabalham na abertura de poços artesianos; nas regiões áridas da África atendem aos que passam fome. Enfim, mais de mil famílias são mantidas, hoje, pelos Gideões Missionários em várias partes do mundo, em várias nações.

Minhas congratulações ao pastor Cesino Bernardino e à sua equipe. De fato esperamos que seja um momento histórico para os gideões missionários esse 20º Encontro Internacional dos Gideões Missionários da Última Hora, que iniciará nesta quinta-feira, no centro de eventos de Camboriú.

Como costumamos dizer, servir pão é a maneira mais segura de chegar ao coração do povo e isso os nossos gideões missionários têm feito com muito altruísmo, com muita dedicação.

Ficam aqui os nossos parabéns e os votos de pleno sucesso!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, o sr. deputado Maurício Eskudlark, pelos minutos restantes do PSD.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero, inicialmente, agradecer ao deputado Ismael dos Santos pela generosidade ao compartilhar conosco o tempo destinado ao nosso partido.

Prezados colegas, saúdo os que acompanham esta sessão, saúdo todos os vereadores e lideranças que estão nesta Casa no dia de hoje, e faço-o na pessoa de Valdir Zenatti, vereador de Modelo e pré-candidato a prefeito daquele município, onde é um grande líder. Saúdo também o Evandro, que o acompanha, o Ademir Detofol e o Reni Buffon, vereadores de Santa Terezinha do Progresso.

Registro, sr. presidente, dois importantes momentos que vive o município de Xanxerê. O primeiro momento é de alegria, com a passagem dos 60 anos do Center Hotel. A Câmara Municipal está fazendo uma homenagem aos proprietários de um estabelecimento que tem uma bonita história.

(Passa a ler.)

"Em 1952, Casemiro Arcari e Ângelo Albino Ferronato, com a ajuda de suas esposas Dileta Maria Arcari e Linda Locatelli Ferronato, entravam no ramo da hotelaria. As famílias compraram um casarão de dois andares. Porém, um dia antes de iniciarem as atividades, um incêndio destruiu o hotel.

O incidente não foi motivo de desânimo para os dois casais. Em 23 de abril de 1953, foi inaugurado um novo hotel, o Hotel Central, que passou a ser parada obrigatória de agricultores e motoristas que passavam pela cidade.

Na época, a infraestrutura precária de Xanxerê exigia serviços especiais dos hoteleiros. Em períodos de chuva, a estrada que dava acesso ao estado do Paraná tornava-se intransitável devido ao transbordamento de uma vala que atravessava o caminho. Ilhados, tanto os viajantes que iam para o Paraná, quanto os que vinham, eram socorridos pelo caminhão do Hotel Central. Ficavam lá hospedados até as chuvas pararem e a estrada voltar ao normal.

Em 22 de abril de 1979, iniciou uma nova etapa para o Hotel Central quando aconteceu a inauguração de um novo prédio e a mudança de nome para Center Hotel. Então, em abril de 2000 foi inaugurada uma nova ala de sete andares com elevador, sala de TV, restaurante e recepção ampla, moderna e informatizada."

Hoje, então, quando estou em Xanxerê, fico sempre hospedado no Center Hotel, meu amigo Pancho, e toda a minha família. Por isso quero aqui registrar a nossa homenagem.

Em Xanxerê, que tem esse momento de história do Center Hotel, também vive uma perda lamentável que foi o falecimento do sr. Atílio Bortoluzzi, pai do nosso prefeito Bruno Bortoluzzi. Então, o

os sentimentos, as condolências de todos os deputados desta Casa a toda a família do referido prefeito, ao Bruno e à sua esposa Carla.

O município de Xanxerê me acolheu muito bem, que é a terra do nosso presidente Gelson Merisio, através da família Calffas, do sr. Udo, da d. Iara, do Fernando, do Paulo, enfim, do Lauri, do Timão e do Lucio Jaques, que fazem com que a cidade seja uma família com uma acolhida muito grande.

Repetindo, então, o nosso sentimento à família Bortoluzzi pelo falecimento do sr. Atílio Bortoluzzi, pai do prefeito daquele município.

Também iria falar aqui sobre a questão abordada pelo deputado Sargento Amauri Soares, do cuidado psicológico com os agentes de segurança pública, mas deixarei essa matéria para a próxima oportunidade.

Era esse o registro, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -  
Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n.0326/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0006/2012, 0008/2012, 0026/2012, 0071/2011, 0078/2011, 0189/2011, 0195/2010, 0269/2010 e 0302/2010, todos de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0167/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0168/2012 e 0169/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Comunica também que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s: 0387/2012, 0388/2012, 0389/2012, 0390/2012, 0391/2012, 0392/2012,

0393/2012, 0394/2012, 0395/2012, 0396/2012,  
0397/2012, 0398/2012, 0399/2012, 0400/2012,  
0401/2012, 0402/2012, 0403/2012, 0404/2012,  
0405/2012, 0406/2012, 0407/2012, 0408/2012,  
0409/2012, 0410/2012 e 0411/2012, de autoria do  
deputado Carlos Chiodini; 0412/2012, de deputado  
Reno Caramori; 0414/2012, de autoria do deputado  
Aldo Schneider; 0415/2012, de autoria do deputado  
Antônio Aguiar.

Esta Presidência submete à deliberação do  
plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0413/2012, de autoria do  
deputado Jailson Lima, que solicita às operadoras  
de telefonia móvel Tim, Claro e OI a instalação de  
torre para uso da telefonia móvel no bairro  
Colônia Santana, no município de São José.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos  
sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0020/2012, de autoria da deputada  
Angela Albino, a ser enviada ao comandante-geral  
da Polícia Militar do estado e aos comandantes da  
Polícia Militar de São José e Cocal do Sul,  
manifestando protesto à criminalização dos  
movimentos sociais explicitada nas atitudes  
violentas e recorrentes de membros das forças de  
segurança pública do estado nos últimos anos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos  
sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita,  
deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, sr. presidente!

Ocupo a tribuna hoje para tratar de dois temas. O primeiro deles diz respeito à preocupação grande com a greve dos professores que está em andamento no estado de Santa Catarina.

O governo do estado e o Sinte têm, em certa medida, travado uma guerra de informações.

Para ter mais segurança do que estamos falando, quero informar que hoje pela manhã fui a várias escolas da região da Grande Florianópolis, inclusive no Instituto de Educação, e o panorama que se vê não é o panorama informado pelo governo do estado. E ouvindo Marcelo Fernandes, da Rádio Guarujá, SBT, vi que ele usou um argumento muito curioso, muito correto do ponto de vista da lógica, que quero dividir com todos e todas aqui. O governo do estado diz que não negocia com os professores porque não negocia enquanto houver greve. Ao mesmo tempo, o governador diz que não há greve porque estão na greve 1.100 pessoas, num quadro de 30.000 professores. Ou seja, 1.000 pessoas no universo de 30.000 não é greve! Qualquer sindicalista saberia fazer essa conta.

Ora, o governo tem que decidir se a categoria está em greve ou não! Porque se há greve, tem que manter esse seu discurso de que não vai negociar. Agora, se diz que não há greve, tem que negociar imediatamente porque muitos alunos estão sendo prejudicados. E eles não estão sendo somente prejudicados pelo fato de haver aula. Estão sendo prejudicados porque os pais e as mães não sabem o que fazem com os seus filhos, se mandam para a escola ou não.

Hoje, por exemplo, ouvi ainda um professor falar pela rádio que os alunos não deveriam ir à escola porque não haveria aula, que depois os professores iriam repô-las, pois se eles fossem agora iriam gastar o seu passe escolar e não teriam depois como ir para a escola. Enfim, aquele professor dizia aos pais dos alunos que não os mandasse para a escola! Então, as mães não mandaram. Em contrapartida, o governador afirma que está tendo aula e que os alunos que não forem

receberão falta. Mas se os pais mandarem o filho para a escola e não houver aula, ele ficará perdido. E quem tem filho, quem é mãe especialmente, sabe o que é ter um filho e não saber se ele está na aula ou não. Imaginem uma mãe que trabalha o dia inteiro como é que vai lidar com isso.

Estou tratando desse tema porque me parece que é uma postura equivocada do governador tratar o tema do jeito que está tratando. Vejam v.exas. que estamos com uma sensação *déjà vu* muito grande. Estamos reproduzindo exatamente o mesmo proceder que teve o governador na greve anterior. Disse que não havia greve, que a greve iria acabar, que a greve estava bem resolvida, que estava tudo certo e que não havia greve, mas o que se viu foi uma greve de 62 dias.

O estado de Santa Catarina não merece e não deseja passar por isso novamente. Nós reconhecemos que as condições que os professores trabalham hoje não são compatíveis com o discurso de defesa de educação e precisamos tratar desse assunto. Se não há greve, como o governador disse, não há motivo para ele deixar de tocar a negociação, embora a greve seja exatamente por causa disso.

Negociar não é servir cafezinho em reunião, é andar para algum lugar. O governador diz que aplica o piso. Vejam como exemplo um engenheiro, que fez faculdade, passou trabalho, progrediu, e tem um colega muito querido que resolveu trilhar outro caminho, à semelhança da cigarra e da formiga, e agora é um estagiário, está no comecinho da carreira. O outro já tem quase 30 anos, fez doutorado, mestrado, se especializou, e alguém diz que tem que cumprir um piso. As coisas vão ficando de um jeito que aquela pessoa que ainda está no começo da carreira, ou por ser muito jovem ou por pouco empenho no desenvolvimento do seu estofo acadêmico, ganha o mesmo que um sujeito que tem doutorado em engenharia. Como vamos dizer para esse engenheiro que valorizamos a engenharia? É isso que acontece hoje na educação.

Quando os professores dizem que é preciso descompactar a tabela, claro que sabemos que não

se resolvem todos os problemas em um único momento, mas é preciso caminhar para a resolução disso. Não se chega ao sul indo para o norte. Até se chega, mas é um caminho muito mais longo. E o que o governo do estado está fazendo é isso, essa guerra de informações que o governo faz, hoje, não ajuda ninguém. É preciso reconhecer que a greve existe e que precisamos por fim a ela, auxiliando os professores a terem um motivo para sair dela. Que essa greve não recrudesça e que possa acabar o mais rápido possível, para que tenhamos um desdobramento desse momento melhor do que em 2008.

Gostaria também de fazer referência à Resolução n. 72 do Senado federal, que tem ocupado espaços na tribuna. Os nossos governantes, a base do governo, curiosamente empenhados em gravar, auxiliados por alguns instrumentos de mídia de massa, que o governo federal está impondo essa perda a Santa Catarina...

Primeiramente, imaginem os senhores, novamente usando metáfora, que um de nós, servidores públicos, tivesse ganhado, sem merecer, ao arrepio da lei, uma gratificação que dobrasse o salário, por exemplo. Aí, em algum momento, alguém se desse conta desse erro, dessa ilegalidade, e dissesse: a partir de hoje não vai receber mais! Ao que a pessoa diria: mas como, a minha vida está montada em torno disso, vocês vão deixar de me pagar tudo isso?

É isso que está acontecendo com o estado de Santa Catarina, é preciso que se diga.

O Complex e o Pró-Emprego sempre correram o risco de, em algum momento, alguém declarar a sua inconstitucionalidade. Fez-se uma aposta de risco, e estamos pagando por esse risco agora. Fala-se de R\$ 1 bilhão que não vai vir para Santa Catarina. Ninguém diz de onde vem esse valor. Até lembrou-me o R\$ 1 bilhão que devíamos para fechar o pedágio da SC-401. Agora tudo virou R\$ 1 bilhão; é um número sonoro, mágico.

Quero dar uma contribuição ao governo de R\$ 560 milhões, em apenas um dia, segundo as pérolas do *Diário Oficial do Estado*, como tem cunhado o jornalista César Valente.

Dia 17 - R\$ 300 mil à Fronteiras do Pensamento 2012, que não dá para saber o que é;

Da SDR da Grande Florianópolis, R\$ 200 mil para o Projeto Pipoca;

Da SDR de Laguna, R\$ 150 mil para festividades do município de Imaruí. Curiosamente, o governador havia dito que não daria mais dinheiro para festas municipais. Não sei se tem a ver com a ida do presídio para lá, mas foi agraciado com recursos para a festa do município. Nenhum município vai receber, mas Imaruí vai. Que bom para Imaruí;

Da SDR da Grande Florianópolis, R\$ 30 mil para o Rodeio e Festa do Frescal, do CTG - Centro de Tradições Gaúchas Boca da Serra;

Da SDR da Grande Florianópolis, R\$ 150 mil para Fazenda Arte com Luciano Martins e R\$ 30.850,00 para o Concurso Sopa do Siri.

Isso em um só dia.

Portanto, queremos contribuir com o governador e dizer que se ele não conseguir pagar o salário dos professores e compensar a perda do ICMS, que extinga as secretarias Regionais através de um decreto. Seriam 580 milhões de economia direta, num só ano. Mas não é somente isso, são milhões que estão indo para a Festa do Siri, para a Festa do Luciano, para a Festa do município de Imaruí, para o Centro de Tradições Gaúchas. É para isso que está indo. Esse é o fundo do turismo, esse é o fundo cultural, que não obedece mais a qualquer manifestação de seus conselhos e não é por acaso que hoje quem passa pelo CIC vê um vergonhoso acampamento de várias entidades do setor cultural, pedindo: "Vamos acabar com essa bandalheira que viraram os fundos em Santa Catarina."

É dinheiro para tudo que é lado, exceto para a cultura, exceto para o turismo, porque não temos editais de fomento que garantem a impessoalidade. Os amigos do rei têm acesso direto aos fundos, somente, mais ninguém. Nem os produtores culturais têm acesso.

Portanto, viemos dizer que estamos, sim, preocupados com a perda que ainda não se sabe. Eu não acredito em R\$ 1 bilhão, porque foi dito e não

foi comprovado, mas precisamos saber o que está acontecendo.

A Resolução n. 72 devolve um patamar de legalidade para Santa Catarina que nos faz perder receita, sim, é verdade. Mas quando nós falamos na resolução é leviano dizer que é o governo federal, porque todos, todos os partidos, PSDB, PMDB, PSD, PMDB, PCdoB, do Senado estão votando da mesma forma, exceto os representantes de Santa Catarina, Goiás e Espírito Santo. Todos os partidos e não o governo federal como tem sido vendida a ideia.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje à tarde, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.